CIT – SNC

Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Nacional de Cultura

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIT SNC

19 E 20 DE AGOSTO DE 2026

SUMÁRIO

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 3
Participantes 3
Pauta 5
Relato dos assuntos tratados na Reunião 7
Encaminhamentos 22
Próximas agendas 23
Responsáveis pela elaboração 24

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIT SNC

DATA DE REALIZAÇÃO: 19 e 20 de agosto de 2026

HORÁRIO: 9h às 17h

LOCAL: Auditório Heloísa Alberto Torres – Edifício Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília/DF.

Participantes

Representantes do Ministério da Cultura:

- **Márcio Tavares dos Santos** (titular - Secretário Executivo);
- **Elton Gomes de Medeiros** (titular – Chefe de Gabinete da Ministra);
- **Carlos Beyrodt Paiva Neto** (suplente - Assessor Especial da Ministra);
- **Lindivaldo Oliveira Leite Júnior** (suplente - Diretor do Sistema Nacional de Cultura);
- **Thiago Rocha Leandro** (titular - Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura);
- **Letícia Schwarz** (titular - Subsecretária de Gestão Estratégica);
- **Roberta Martins** (titular – Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura);

Representantes dos Estados e do Distrito Federal:

- **Paulo Higo** (titular - Secretário de Estado da Cultura de Rondônia);
- **Mary Land de Brito Silva** (titular – Secretária de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte);
- **Antônio Carlos Valadares Filho** (suplente - Secretário de Estado da Cultura de Sergipe);
- **Carolina Ruas Palomares** (suplente – Secretária de Estado da Cultura do Espírito Santo);
- **Eduardo Mendes Pinto** (titular - Secretário de Estado da Cultura de Mato Grosso do Sul);
- **Jan Moura** (suplente - Secretário de Estado da Cultura de Mato Grosso);
- **Luciana Casagrande Pereira** (titular - Secretário de Estado da Cultura do Paraná);
- **André Kryszczun** (suplente – Secretário de Cultura do Rio Grande do Sul);

Representantes dos Municípios:

- **David Willyam Troina dos Santos** (titular - Secretário Municipal de Cultura do Município de Valença/BA);

- **Antônio Marcus Alves de Souza** (titular - Diretor-executivo da Fundação Cultural de João Pessoa/PB);
- **Carmen Lúcia Simões Megale Neves** (suplente - Secretária de Cultura de Recife/PE);
- **Isaac Pires Cabral** (suplente - Secretário de Cultura de Rio Verde/GO).

Outros participantes:

- **Teresa Labrunie Calmon Soares** (Secretária Executiva Adjunta Substituta);
- **André Luis Bonifácio de Carvalho** (Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde);
- **Cícero Dedice de Góes de Junior** (Secretário-Executivo da Comissão Intergestores Tripartite do Ministério da Saúde).

Pauta

Dia 19/08/2026:

1. Apresentação e aprovação da pauta;
2. Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária;
3. Proposta de Resolução nº 02: Instituição das Câmaras Técnicas – apresentação, debate e pactuação;
4. Proposta de Resolução nº 03: Fluxo de Pauta, Informes e Publicação de Resoluções – apresentação, debate e pactuação;
5. Proposta de Resolução nº 04: Funcionamento, Composição e Organização das Câmaras Técnicas – apresentação, debate e pactuação;
6. Apresentação sobre a CIT do SUS – André Luis Bonifácio de Carvalho/Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde;

   6.1 Debate e perguntas.
7. Definição da data da 1ª reunião das Câmaras Técnicas;
8. Alinhamento sobre os temas e as prioridades a serem tratados pela Câmara Técnica dos Componentes do SNC: Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e Comissões Intergestores Bipartites - Letícia Schwarz (Subsecretária de Gestão Estratégica/SGE/MinC) e Roberta Martins (Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura/SAFCC/MinC);
   7.1 A experiência da Comissão Intergestores Bipartite de Mato Grosso – Jan Moura (Secretário de Estado da Cultura de Mato Grosso).
   7.2 A experiência do Sistema Estadual de Cultura do Paraná – Luciana Casagrande (Secretária de Estado de Cultura do Paraná);
   7.3 Debate.
9. Alinhamento sobre os temas e as prioridades a serem tratados pela Câmara Técnica de Sistemas de Financiamento à Cultura - Thiago Rocha Leandro (Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura/SEFIC/MinC);
   9.1 A experiência do repasse fundo a fundo no Espírito Santo – Carolina Ruas Palomares (Secretária de Estado da Cultura do Espírito Santo).
   9.2 Debate.
10. Encaminhamentos

11. Informes

11.1 Página institucional da CIT/SNC no portal do Ministério da Cultura;

11.2 Processo Eleitoral do Conselho Nacional de Política Cultural – Daniel Barbosa Balabram (Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural/MinC) e Vinícius Prado Januzzi (Coordenador de Acompanhamento do Conselho Nacional de Política Cultural/MinC).

Relato dos assuntos tratados na Reunião

1. **Apresentação e aprovação da pauta:**

- **Composição da mesa e boas-vindas:** O Sr. Márcio Tavares dos Santos cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos destacando a importância da realização da segunda reunião ordinária da CIT, bem como da manutenção da regularidade e da presença dos membros. Com o objetivo de cumprir o cronograma do evento sem atrasos, ressaltou que seguiria a ordem do dia sob a coordenação de Teresa Labrunie Calmon Soares. Em seguida, colocou em deliberação a proposta de pauta enviada previamente para as atividades do dia e do dia seguinte, questionando os participantes sobre a necessidade de leitura prévia ou eventual sugestão de alteração. Diante da ausência de manifestações, declarou a pauta aprovada.

- **Verificação de Quórum:** Verificada a existência de quórum.

2. **Aprovação da Pauta da 1ª Reunião Ordinária:**

- A Pauta da 2° Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade dos presentes.

3. **Proposta de Resolução n° 02: Instituição das Câmaras Técnicas – apresentação, debate e pactuação:**

- A Sra. Teresa Labrunie Calmon Soares informou sobre a publicação no Diário Oficial da União da Resolução CIT-SNC/MINC no. 1/2026, referente ao regimento interno aprovado na reunião anterior. Em seguida, apresentou a minuta da Resolução no° 2, que prevê a criação de duas Câmaras Técnicas previamente debatidas: uma voltada aos temas de financiamento e outra dedicada à estruturação dos componentes do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Esclareceu que o texto foi encaminhado por e-mail e que foram incluídas especificações em relação às competências da segunda Câmara Técnica. Como metodologia de trabalho e para agilizar a sessão, propôs a deliberação focada apenas nos trechos com destaques. Diante da inexistência de destaques apresentados pelos membros, declarou a Segunda Resolução aprovada.

4. **Proposta de Resolução nº 03: Fluxo de Pauta, Informes e Publicação de Resoluções - apresentação, debate e pactuação:**

- A Sra. Teresa Labrunie Calmon Soares apresentou o segundo ponto da pauta: a minuta da Resolução nº 3, que estabelece o fluxo de pauta e a publicação de atos da CIT. O texto prevê um formulário simplificado para o envio de propostas e institui a assinatura das deliberações pelo coordenador da CIT conjuntamente com dois representantes (um estadual e um municipal), com o intuito de simplificar a tramitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e reforçar o pacto tripartite. Sem objeções, a Resolução nº 3 foi aprovada pelo plenário. Na sequência, a Sra. Teresa Soares propôs a definição imediata dos representantes estadual e municipal por manifestação de interesse, visando agilizar a publicação no Diário Oficial da União, sugerindo mandato de um ano com possibilidade de alternância posterior.
- Após um breve debate entre os presentes, o Sr. Antônio Marcus Alves de Souza, presidente do Fórum das Capitais e Municípios Associados, foi indicado como o representante pelos municípios e a Sra. Danielle Christian Ribeiro Barros, presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, a indicada pelos representantes dos estados.

5. **Proposta de Resolução nº 04: Funcionamento, Composição e Organização das Câmaras Técnicas – apresentação, debate e pactuação:**

- A Sra. Teresa Labrunie Calmon Soares apresentou a Resolução nº 4 ressaltando a relevância das Câmaras Técnicas como instâncias de trabalho para a construção de consensos e pactuações, destacando a importância de sua efetiva instalação e início das atividades ainda no corrente ano, antes da próxima reunião do plenário. Explicou que o texto estabelece os procedimentos iniciais de funcionamento desses colegiados e que a pauta do dia estaria voltada para essa estruturação e formação temática inicial. Diante da ausência de destaques ou objeções por parte dos presentes, a Resolução nº 4 foi declarada aprovada.

6. **Apresentação sobre a CIT do SUS – André Luis Bonifácio de Carvalho/Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde:**

- **Apresentação:** O Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde (DGIP), Sr. André Luís Bonifácio de Carvalho, apresentou o funcionamento e a estrutura da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS). Ressaltou que a tripartite atua como um espaço permanente de cooperação, negociação e construção coletiva entre União, Estados e Municípios, ressaltando que as decisões são pautadas pelo consenso e pelo compromisso federativo, sem a utilização de votação e de forma independente de disputas político-partidárias. A exposição detalhou os processos formais de pactuação. Explicou-se que as propostas passam por Grupos Técnicos temáticos e por uma Câmara Técnica antes de integrarem a pauta da reunião plenária. Foi enfatizada a exigência de rigor jurídico, por meio da análise de impacto regulatório e do parecer da Consultoria Jurídica (CONJUR) em todas as portarias, bem como a necessidade de vinculação orçamentária para a concretização de políticas públicas. Observou a importância do monitoramento contínuo das normas pactuadas, do registro documental contínuo e da devida transição republicana ao término de cada gestão. Foram destacados os pontos de convergência entre a área da saúde e o setor cultural. Enfatizou o papel da cultura como ferramenta de comunicação comunitária, preservação de saberes tradicionais e elemento fundamental para a promoção da saúde mental e enfrentamento de vulnerabilidades sociais. No encerramento da fala, defendeu-se o fortalecimento da articulação intersetorial nos territórios e o compartilhamento das metodologias de governança do SUS para subsidiar a estruturação da gestão tripartite na área da cultura.
- O Secretário-Executivo da Comissão Intergestores Tripartite (SECIT), Sr. Cícero Dedice de Góes Júnior, relatou sua experiência na CIT destacando como marco principal a institucionalização do órgão por meio de sua inclusão formal no organograma do Ministério da Saúde, da reestruturação e da modernização de seu regimento. Ressaltou a relevância da cooperação entre os três entes federativos representados no SUS (Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS) e apontou o desafio de articular os interesses simultâneos dessas três esferas para a construção de entendimentos conjuntos. Em relação à gestão operacional, enfatizou a importância da pactuação do calendário anual de atividades na última reunião ordinária de dezembro para direcionar os trabalhos mês a mês. Informou que, desde o ano anterior, o volume de reuniões mensais dos Grupos de Trabalho praticamente dobrou devido ao acúmulo de demandas

concentradas na segunda metade das gestões, além do surgimento de imprevistos, como exigências judiciais sobre os critérios de rateio do financiamento do SUS. Explicou que a SECIT atua na coordenação dessas repactuações de grande alcance nacional, como os ajustes no financiamento da Atenção Primária e Especializada, recebendo em primeira mão todas as propostas antes da consolidação dos pactos executados por estados e municípios. Por fim, colocou a equipe da secretaria à disposição para colaborações futuras.

6.1 Debate e perguntas:

- Aberto às manifestações, O Sr. Lindivaldo Oliveira Leite Junior apresentou a atuação da Diretoria do Sistema Nacional de Cultura na articulação federativa e institucionalização da cultura nos territórios. Ao destacar a busca por fortalecer a participação social via Conselho Nacional de Política Cultural, questionou como ocorre a relação e o fluxo de trabalho entre a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Saúde. Em resposta, o Sr. André Luís Bonifácio de Carvalho explicou que o Conselho de Saúde aprova as diretrizes e planos macro, enquanto a CIT pactua o operacional e as normativas. Destacou a complexidade dessa convivência devido à diferença de ritmo: a CIT exige agilidade técnica e política, enquanto o Conselho demanda um tempo maior de maturação e trâmite por comissões. Por isso, o gestor muitas vezes precisa fazer escolhas políticas calculadas, assumindo desgastes temporários com o controle social para não perder oportunidades cruciais de implementação de políticas públicas. Por fim, ressaltou que, apesar dessas tensões, o controle social e os movimentos sociais são a base histórica de sustentação e defesa do SUS. A Sra. Letícia Schwarz contextualizou a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a estruturação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) da Cultura. Questionou como o SUS definiu sua "regra das regras", como realizou a tipificação de serviços e o mapeamento de necessidades e como assegurou a intersetorialidade no território sem sobrecarregar a gestão com burocracia excessiva. Indagou ainda se os programas chegam prontos à CIT e qual a relação do sistema com o setor privado. Em resposta, o Sr. André Luís Bonifácio de Carvalho explicou que a base inegociável do SUS são as Leis Orgânicas (Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990) e a Constituição, das quais derivam o planejamento, a pactuação e o financiamento vinculado ao Plano Nacional de Saúde - PNS.

Enfatizou que, enquanto a saúde opera por análise epidemiológica para suprir vazios assistenciais, a cultura existe em todo lugar e não deve copiar os parâmetros ou tabelas engessadas da saúde, sob risco de comprometer o setor. Aconselhou o MinC a criar regras próprias focadas na democratização de acesso à Cultura propor agendas interfederativas conjuntas entre saúde e cultura e evitar o excesso de normatizações, garantindo que a atuação do setor privado permaneça estritamente subordinada ao interesse público. O Sr. Cícero Dedice de Góes Júnior destacou que a CIT atua como guardiã dos princípios e diretrizes da Lei nº 8.080/1990 e da Constituição, tais como universalidade, integralidade, planejamento ascendente e regionalização. Enfatizou que qualquer política de saúde precisa estar totalmente alinhada a esses princípios fundamentais para ser pactuada, e que o trabalho tripartite é a forma de garantir a proteção e o cumprimento dessa legislação maior. O Sr. Antônio Marcus Alves de Souza ressaltou a contribuição pedagógica do histórico do SUS para formalizar os processos da CIT da Cultura, destacando a necessidade de pactuar relações institucionais, sensibilizar gestores para a interface entre cultura e saúde e assegurar recursos orçamentários permanentes para o setor. O Sr. Isaac Pires Cabral exemplificou a integração entre cultura e saúde por meio de ações de sua Secretaria, como a criação de uma biblioteca em hospital público, oferta de atividades físicas e eventos artísticos no ambiente hospitalar, além de mencionar a Finlândia como país que tem como política de enfrentamento da dependência química por meio da utilização de práticas de bem-estar, com ênfase na arte e no esporte, defendendo assim uma política articulada entre a cultura e o SUS. A Sra. Carolina Ruas Palomares questionou os critérios para definição de pautas na CIT, a divisão histórica de competências entre os entes federativos no SUS e a padronização de conceitos culturais para negociações em âmbito nacional. Em resposta às demandas, o Sr. André Luís Bonifácio de Carvalho esclareceu que a CIT da Cultura deve seguir trajetória própria em vez de replicar integralmente o SUS, cabendo ao setor definir o conceito de necessidade cultural, consolidar legislação e plano nacional unificados, tratar a cultura como investimento estruturante, estabelecer parâmetros de cobertura em todo o território nacional e manter a coesão irrevogável em relação às decisões pactuadas em plenária pelo colegiado.

7. Definição da data da 1ª reunião das Câmaras Técnicas;

- Aberta a manifestação para definição dos integrantes que comporão as Câmaras Técnicas, ficou aprovada a seguinte composição: Câmara Técnica Sistema de Financiamento à Cultura: Sr. David Willyam Troina dos Santos; Sra. Joyce Aline dos Reis; Sr. Cassius Antônio da Rosa; Sr. Jan Moura; Sr. Thiago Rocha Leandro; Sr. Carlos Beyrodt Paiva Neto; e Sra. Danielle Christian Ribeiro Barros. Câmara Técnica dos Componentes do Sistema Nacional de Cultura: Sr. Maick José Soares Tavares; Sr. Lindivaldo Oliveira Leite Junior; Sra. Wanya de Siqueira Mayhé; Sra. Liliana Cardoso Duarte; Sra. Carmen Lúcia Simões Megale Neves; Sra. Mary Land de Brito Silva; Sra. Letícia Schwarz; Sra. Roberta Cristina Martins.
- A Sra. Teresa Labrunie Calmon Soares pautou a estruturação das Câmaras Técnicas da CIT. Para a coordenação, o plenário aprovou o Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura: Sr. Thiago Rocha Leandro (Câmara Técnica Sistema de Financiamento à Cultura); e a Sra. Roberta Martins (Câmara Técnica dos Componentes do Sistema Nacional de Cultura).
- Definiu-se o dia 14 de setembro para a primeira reunião remota das Câmaras Técnicas, visando a elaboração dos respectivos Planos de Trabalho, que deverão ser enviados à Plenária da CIT, por meio de sua Secretaria Executiva, até 2 de novembro (10 dias antes da sessão de 12 de novembro).

8. **Alinhamento sobre os temas e as prioridades a serem tratados pela Câmara Técnica dos Componentes do SNC: Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e Comissões Intergestores Bipartites - Letícia Schwarz (Subsecretária de Gestão Estratégica/SGE/MinC) e Roberta Martins (Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura/SAFCC/MinC):**

- A Sra. Letícia Schwarz apresentou a estrutura do Sistema Nacional de Cultura (SNC), destacando a integração de seus nove componentes: Órgão Gestor de Cultura, Conselho de Políticas Cultural, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento, Sistema de Informação e Indicadores Culturais - SNIIC, Conferências de Cultura, Comissões Intergestores (CIT e CIBs), Sistemas Setoriais de Cultura e Programa de Formação na Área da Cultura.
    - Enfatizou que a Lei nº 14.835/2024 atua como a norma organizativa do SNC. Apresentou o Plano Nacional de Cultura (PNC) como instrumento decenal que orienta a política cultural e serve de diretriz para os planos estaduais e municipais. Detalhou

a matriz do PNC, composta por princípios, diretrizes, 13 objetivos estratégicos, 8 eixos temáticos (como Gestão e Participação Social; Fomento à Cultura; Patrimônio e Memória; Formação; Infraestrutura e Espaços Culturais; Economia Criativa e Trabalho; Cultura Digital e Direitos Digitais; e Cultura, Bem Viver e Ação Climática) e 6 elementos transversais (como Intergeracionalidade; Território; Acessibilidade; Interseccionalidade; e Intersetorialidade). Reafirmou os papéis legais de elaboração e implementação dos planos por União, estados e municípios, assim como as necessidades de pactuação no âmbito da CIT quanto a responsabilidades, financiamento e metas. Por fim, abordou a retomada do SNIIC e a realização da pesquisa MUNIC junto ao IBGE para estabelecer linhas de base e indicadores. Destacou que a produção de dados pelo SNIIC e pela Plataforma do CultBR é fundamental para subsidiar a avaliação de políticas culturais e a disputa por orçamentos. Replicou as atribuições dos entes no SNIIC: a União coordena e provê infraestrutura; os estados mantêm seus sistemas locais e apoiam os municípios; e os municípios alimentam e compartilham as informações culturais.

- O Sr. Lindivaldo Oliveira Leite Junior e a Sra. Roberta Martins abordaram as diretrizes para a criação e o alinhamento das Comissões Intergestoras Bipartites (CIBs) e Tripartite (CIT). Sr. Lindivaldo Junior destacou a baixa articulação coletiva observada entre governos estaduais e municipais e explicou que a CIB é um colegiado de pactuação governamental exclusivo entre os dois entes federados (Estado e Municípios), diferindo de fóruns de participação social ou da mera exigência formal de componentes institucionais. Esclareceu as competências legais da CIB no assessoramento da gestão estadual, na pactuação de repasses de recursos fundo a fundo, na regulamentação do Sistema Estadual de Cultura e no incentivo a consórcios públicos, citando as experiências do SUS e as especificidades regionais como referências para encontrar um modelo próprio para a cultura. Dando continuidade, a Sra. Roberta Martins ressaltou que, além do SUS, a experiência do SUAS deve ser analisada devido à sua abordagem sobre tipologias de municípios e distribuição territorial de recursos. Defendeu que a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) representa a ferramenta concreta atual de execução federativa para respaldar a instalação das CIBs e analisou os diferentes formatos adotados nos quatro estados que já possuem a comissão instalada (Acre, Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Sul).

A Sra. Roberta Martins ressaltou que a CIB é indispensável para negociações reais, no apoio ao Plano Nacional de Cultura e na definição de indicadores nacionais, enfatizando que o órgão também deve atuar como indutor das políticas estaduais. Defendeu, ainda, a revisão dos critérios de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura previstos na Lei nº 14.835/2024, a necessidade de articulação política com as Casas Civis estaduais, ou com estrutura institucional equivalente, a integração com a Câmara Técnica do Sistema de Financiamento e a inclusão da formação cultural como pauta estratégica. Definiu-se como encaminhamentos o início dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) dedicado às CIBs, e a disponibilização de material informativo pelo Ministério da Cultura sobre implementação de CIBs. Roberta Martins ressaltou a urgência das deliberações em função dos prazos de gestão e propôs a aprovação pelo plenário de diretrizes organizacionais que exijam a designação de servidores efetivos como pontos focais nas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, visando garantir a estabilidade e a preservação da memória institucional diante das transições governamentais.

8.1. A experiência da Comissão Intergestores Bipartite de Mato Grosso – Jan Moura (Secretário de Estado da Cultura de Mato Grosso).

- O Sr. Jan Moura apresentou o histórico e a estrutura da Comissão Intergestores Bipartite do Mato Grosso, criada em 2016 com o Sistema Estadual de Cultura e com primeira eleição realizada em 2017. Explicou que os 142 municípios do estado são divididos regimentalmente em 12 regiões para a eleição de seus representantes. Relatou os problemas decorrentes da alta rotatividade política e da escassez de secretarias exclusivas e de gestores especializados em cultura no interior, apontando que, em muitos casos, os indicados pelos prefeitos pertencem a outras pastas, como a de Educação. Para assegurar a continuidade das diretrizes pactuadas e contornar a instabilidade do campo político, ressaltou a importância de incluir técnicos municipais fixos no processo. Informou que a gestão vem adotando e pretende oficializar regimentalmente a representação dupla (gestor municipal e indicado técnico da pasta). Indicou ainda como desafios a falta de engajamento, a dificuldade de obtenção de quórum e a ausência de fóruns municipais de cultura organizados aos quais os representantes possam reportar os desdobramentos das reuniões. Em

relação às fontes de recursos, abordou a relação direta estabelecida pelo Ministério da Cultura com os municípios no âmbito da Lei Aldir Blanc. Pontuou que essa dinâmica, aliada à ausência de um mecanismo Fundo a Fundo regulamentado no Estado, torna a Lei Aldir Blanc o principal financiamento local, enfraquecendo o papel ativo do órgão estadual no acompanhamento e na capacitação dos gestores municipais. Propôs que a indefinição das competências e a fragilização das instâncias federativas sejam debatidas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Por fim, destacou o impacto positivo da CIB-MT no fortalecimento das políticas culturais do estado, citando a pactuação da divisão de recursos na proporção de 60% para o interior e 40% para a região metropolitana, o aumento de municípios participantes em editais (de 20 para mais de 100) e a atuação conjunta no projeto "Fluxo", caravana anual realizada em parceria com o Conselho Estadual de Cultura que contribuiu para a elaboração e renovação do Plano Estadual de Cultura.

8.2. A experiência do Sistema Estadual de Cultura do Paraná – Luciana Casagrande (Secretária de Estado de Cultura do Paraná).

- A Sra. Luciana Casagrande Pereira compartilhou a estratégia que levou o Paraná a atingir 100% de adesão dos seus 399 municípios ao Sistema Nacional de Cultura. Iniciado em 2022, o processo baseou-se em uma parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa para a contratação e capacitação de 20 Agentes Regionais de Cultura (ARCs). Cada agente ficou responsável por orientar presencialmente cerca de 20 municípios na implantação dos Sistemas Municipais de Cultura, contando com suporte de reuniões mensais com a Secretaria e de cartilhas técnicas ilustradas e didáticas ("Fascículos da Cultura"). Em 2023, após reforma administrativa, a Seccretaria ganhou oito Núcleos Regionais de Cultura, um para cada Macrorregião do Estado. Para evitar indicações políticas e preservar o caráter técnico da iniciativa, a Secretária reduziu o subsídio dos cargos de chefia, mantendo o mesmo valor anterior da bolsa dos ARCs, nomeando os agentes de melhor desempenho para as vagas. Com o apoio da Casa Civil e de parlamentares, engajaram prefeitos resistentes e catapultaram a adesão de municípios ao Sistema Nacional de Cultura. Para além disso, a Secretaria obteve R$ 50 milhões junto ao Governo do Estado para o Fundo Estadual de Cultura, que até então não tinha histórico de destinação orçamentária. O lançamento de editais e a oferta desses recursos impulsionaram os municípios a

profissionalizarem a gestão cultural, estimulando a realização de concursos e a transformação de departamentos em secretarias de cultura.

8.3 Debate.

- A Sra. Letícia Schwarz ressaltou a importância do fortalecimento e da profissionalização das capacidades estatais no setor cultural. Fazendo uma analogia com a trajetória do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), a gestora enfatizou que a cultura enfrenta desafios semelhantes. Destacou que o desenvolvimento de competências, a formação continuada e a qualificação dos quadros na administração pública da cultura constituem um processo gradual e cumulativo, no qual, embora já se observem avanços em relação ao passado, ainda há um longo caminho a percorrer para consolidar a formalização e a profissionalização da gestão pública do setor. O Sr. Isaac Pires Cabral criticou a predominância de indicações políticas na ocupação de cargos municipais na cultura, o que compromete a capacidade técnica das equipes. Apontou também a falta de diálogo direto do Secretário de Estado da Cultura de Goiás com os gestores municipais, criticando a burocracia para conseguir atendimento. A Sra. Roberta Martins ressaltou os desafios da execução Fundo a Fundo e da falta de recursos vinculados, destacando a necessidade de qualificação técnica nos municípios para a execução da PNAB. Defendeu o papel estratégico das Secretarias Estaduais de Cultura na articulação federativa entre a União e os municípios para evitar orientações desencontradas. O Sr. Antônio Marcus Alves de Souza enfatizou que a criação das Comissões Bipartites e a estruturação dos sistemas locais dependem da provocação e liderança institucional dos Estados, com respaldo do MinC. Mencionou também que os recursos federais recentes provocaram uma mudança significativa na dinamização cultural de pequenos municípios. A Sra. Carolina Ruas Palomares apresentou o programa de Coinvestimento Fundo a Fundo do Espírito Santo, que descentralizou a gestão cultural por meio de contrapartidas financeiras proporcionais aos municípios. Como pré-requisitos, exigiu-se a criação formal de Fundo, Conselho Paritário e plano aprovado, o que elevou a adesão de 15 para 72 municípios e ampliou o programa para patrimônio e infraestrutura cultural. A Sra. Letícia Schwarz defendeu a estruturação do financiamento Fundo a Fundo associada aos serviços prestados nos equipamentos culturais. Informou que o Plano Nacional de Cultura tramita em urgência na Câmara focando na pactuação

federativa, anunciou a realização nos dias 9 e 10 de setembro de 2026 do Datathon: Jornada de Dados do Plano Nacional de Cultura para, junto com especialistas, definir dados e indicadores para monitoramento das metas do Plano Nacional de Cultura e sugeriu o modelo de regionalização do SUS, que divide em regiões os Territórios da Saúde, para a distribuição de serviços e infraestrutura culturais.

9. **Alinhamento sobre os temas e as prioridades a serem tratados pela Câmara Técnica de Sistemas de Financiamento à Cultura - Thiago Rocha Leandro (Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura/SEFIC/MinC):**

- O Sr. Thiago Rocha Leandro destacou a responsabilidade da comissão no debate sobre o sistema de financiamento, ressaltando a necessidade de conciliar o discurso macro da visão política com passos concretos e seguros na prática. Sobre a execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e do Sistema Nacional de Cultura, apontou como prioridade a interoperabilidade entre os sistemas informacionais dos entes federativos e a padronização de dados, das nomenclaturas, conceitos e taxonomias culturais. Defendeu a aplicação efetiva das normas do Marco do Fomento, que conferem flexibilidade aos editais ao permitirem mecanismos como inscrições e defesas orais, inversão de fases e prestações de contas simplificadas. Em relação aos próximos anos da PNAB, provocou a comissão a debater a exigência de aportes de recursos próprios por estados e municípios, a fixação de pisos ou tetos de repasse e o estímulo ao fortalecimento dos Fundos e Conselhos Municipais de Cultura. Por fim, sugeriu estabelecer uma divisão mais clara de competências entre estados e municípios, avaliar os impactos da reforma tributária nas leis de incentivo locais e articular a destinação de emendas parlamentares e mecanismos de microcrédito para programas estratégicos e pactuados.

9.2. Debate.

- A Sra. Mary Land de Brito defendeu a necessidade de alinhar as prioridades, a metodologia e as metas da Câmara Temática dos Componentes do Sistema Nacional de Cultura para orientar os municípios e transformar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) numa prática efetiva. Destacou a importância do tempo para a consolidação

das políticas culturais e sugeriu que a Câmara elabore documentos e modelos de referência para apoiar os gestores e acelerar os processos. Enfatizou a necessidade de explicar de forma clara o funcionamento do Sistema e de cada um dos seus componentes, definindo a governança e o papel de cada ente federativo. Apresentou o panorama do Rio Grande do Norte, onde, dos 167 municípios, apenas 47 possuem lei e 15 contam com Fundo de Cultura, sugerindo a disseminação de boas práticas e a utilização do percentual operacional da PNAB para fortalecer essas estruturas. Por fim, reconheceu os avanços normativos e de infraestrutura do setor cultural e propôs que a próxima reunião da Câmara se dedique à definição formal das prioridades, da metodologia de trabalho e das metas a alcançar. A Sra. Carmen Lúcia Simões Megale Neves sugeriu a elaboração de modelos, manuais e normativos padronizados. Destacou a consolidação da PNAB como indutora da atenção dos gestores à área cultural e provocou o debate sobre a distribuição de recursos do Fundo: defendeu que o rateio supere a mera proporcionalidade populacional e considere o histórico de execução, a demanda de projetos e a vocação cultural local, citando a alta procura não atendida em Recife e o avanço da cidade na aplicação do Marco Regulatório para desburocratizar editais e prestações de contas. Pontuou que os relatórios do primeiro ciclo da PNAB indicam que o recurso federal alavanca novos investimentos locais nos municípios. Contudo, ressaltou-se a necessidade de acumular mais dados para avaliar critérios de densidade cultural e cofinanciamento. Destacou que as pesquisas apontam concentração dos recursos estaduais nas capitais, de modo que a comissão deve atuar para que os governos estaduais direcionem seus investimentos para a regionalização e a circulação no interior, reequilibrando as responsabilidades com as capitais. A Sra. Roberta Martins enfatizou a importância de compreender o Sistema Nacional de Cultura em sua totalidade como uma rede de pactuação federativa, destacando o Plano Nacional de Cultura como guia prático para o planejamento orçamentário dos entes. Explicou que a transição da PNAB de medida emergencial para política permanente exige tempo, estruturação de dados e consolidação do cofinanciamento com recursos próprios de estados e municípios. Por fim, definiu como meta central a criação das 26 CIBs estaduais para fortalecer a governança local e ressaltou que, por ser um sistema baseado em adesão, o avanço da política cultural depende do convencimento e do engajamento direto dos municípios. O Sr. David

Willyam Troina dos Santos valorizou o avanço do Sistema Nacional de Cultura e do Marco Regulatório, ressaltando os desafios estruturais dos pequenos municípios. Alertou contra o excesso de burocracia nos editais da PNAB, que pode afastar os mestres e grupos comunitários tradicionais em favor de elaboradores de projetos. Por fim, defendeu maior autonomia local para aplicar recursos em infraestrutura cultural, formação de conselheiros e a criação de fomento direto para áreas como o Audiovisual e o Cultura Viva. O Sr. Antônio Marcus Alves de Souza defendeu que cada Câmara da CIT estabeleça centralidades temáticas e metodológicas para alcançar metas concretas no curto prazo de gestão. Destacou a importância de delimitar os papéis formais de cada ente federativo, pontuando que, embora os municípios possam provocar e articular o debate, a criação das Comissões Bipartites é uma atribuição formal dos Estados. Por fim, alertou para a expansão da Política Nacional Cultura Viva no âmbito da PNAB defendendo que a destinação de recursos aos pontos e pontões seja discutida com cautela para não comprometer o fomento de outras linguagens artísticas. O Sr. Isaac Pires Cabral comparou a estruturação da CIT e do sistema único de cultura à histórica luta pela democratização do ensino no Brasil, sustentando que a arte é fundamental para o desenvolvimento pleno da sociedade e destacando o papel da PNAB e da Lei Rouanet na descentralização dos recursos para além dos grandes centros urbanos. Relatou os embates cotidianos enfrentados no interior, que incluem resistências dos órgãos de controle interno e o preconceito contra a valorização do fazer artístico, mencionando que Rio Verde superou limitações estruturais e hoje abriga 238 bolsistas em formações culturais da Secretaria. Questionou a assimetria na legislação de contratações, que permite a inexigibilidade para artistas de renome nacional, enquanto submete os artistas locais à concorrência por editais. Criticou também a exigência dos órgãos de controle quanto à titulação superior para pareceristas de bancas de festivais, defendendo o reconhecimento dos saberes e práticas artísticas independentemente de diploma acadêmico. Concluiu sua fala com a leitura de um poema autoral sobre a liberdade de expressão e a vocação poética.

10. Encaminhamentos:

- Publicação das Resoluções 2, 3 e 4, já assinadas pelo Sr. Antônio Marcus Alves de Souza como representante dos municípios e a Sra. Danielle Christian Ribeiro Barros como representante dos estados.
- Criação de grupos de WhatsApp com os membros das Câmaras Técnicas.
- Realização da primeira reunião das Câmaras Técnicas, agendada para o dia 14 de setembro, de forma remota.
- Apresentação dos Planos de Trabalho na próxima reunião ordinária da CIT.
- Envio da pesquisa da Aldir Blanc aos membros da CIT.

11. Informes

- O Sr. Thiago Rocha Leandro prestou informe sobre a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), ratificando a manutenção do comando legal de aferição da execução de 60% dos recursos para 30 de setembro (estados) e 14 de dezembro (municípios). Comunicou a atualização do cálculo de aferição, que passará a considerar a soma das saídas/pagamentos efetivados no extrato em vez do saldo em conta, eliminando prejuízos causados por rendimentos ou devoluções e garantindo maior previsibilidade aos gestores. Esclareceu que despesas atípicas gerarão diligências e não reprovação automática e que a base de cálculo (saldo do ciclo 1 somado ao valor do ciclo 2) e as categorias de despesas válidas permanecem as mesmas. Informou a articulação com a Associação dos Tribunais de Contas Estaduais (ATRICON) para a realização de eventos junto aos órgãos de controle sobre o Marco do Fomento.
- A Sra. Letícia Schwarz apresentou um balanço de três pesquisas sobre a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A primeira tratou do Ciclo I da Aldir Blanc em relação às ações afirmativas, indicando resultados promissores na reserva de vagas em editais de estados e capitais. A segunda, de caráter quantitativo, analisou pagamentos do BB Ágil cruzados com bases da RAIS, IBGE, Receita Federal e CadÚnico. Destacou-se a alta taxa de execução orçamentária nacional de 95,8% (97% nos estados e 94% nos municípios), contemplando 167.817 agentes culturais, 87% atendidos via municípios e 58% residentes no interior. O ticket médio nacional situou-se em R$ 12.900,00, com predomínio de repasses a CNPJs pelos estados (média de R$ 52.200,00) e a CPFs pelos municípios (média de R$ 7.900,00), sendo que quase 30% dos contemplados receberam até R$ 2.000,00. Pelo mapeamento de CEPs em territórios especiais, destinaram-se R$ 140 milhões a

favelas e comunidades urbanas, R$ 7,4 milhões a agrupamentos quilombolas e R$ 5,1 milhões a indígenas. Reforçou a necessidade de preenchimento correto das ações no sistema para subsidiar a pactuação de responsabilidades e a defesa orçamentária com base em evidências. A terceira pesquisa, qualitativa, reuniu 81 experiências nos 27 estados e cobriu diversas linguagens artísticas; contudo, por conter depoimentos laudatórios à política, teve sua distribuição suspensa devido ao período de defeso eleitoral, sendo reaberta por QR Code em outubro.

11.2 Processo Eleitoral do Conselho Nacional de Política Cultural – Daniel Barbosa Balabram (Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural/MinC) e Vinícius Prado Januzzi (Coordenador de Acompanhamento do Conselho Nacional de Política Cultural/MinC):

- O Sr. Daniel Barbosa Balabram (Samam) apresentou o informe sobre o processo eleitoral para a escolha dos representantes da sociedade civil no CNPC para o mandato 2026-2029, regido pelo Edital nº 7 e com inscrições abertas na plataforma Vota Cultura até 22 de setembro. Destacou a fundamentação legal baseada na Lei nº 14.835/2024 (Marco Regulatório do SNC) e no Decreto nº 12.980/2026, ressaltando o papel do CNPC como instância paritária, consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas culturais de nível nacional. Explicou a nova arquitetura do Conselho, composta por 21 Colegiados Nacionais de Participação Social, resultando na eleição direta por pares de 588 representantes. Destes, os mais votados em cada área ocuparão as 21 cadeiras da sociedade civil no Pleno do CNPC, o qual é integrado por 42 conselheiros paritários (21 do Poder Público e 21 da Sociedade Civil). Detalhou as diretrizes de ação afirmativa e diversidade territorial aplicadas na composição das cadeiras, prevendo reservas e requisitos cumulativos para mulheres, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência. Apresentou o cronograma oficial do pleito, que contempla etapas de análise documental, recursos, campanha e a votação eletrônica de 11 a 15 de novembro, culminando com o resultado final previsto para 2 de dezembro e a realização da 46ª Reunião Ordinária ainda no mesmo mês. Por fim, solicitou a mobilização de gestores, secretários estaduais e municipais, fóruns e escritórios estaduais do MinC para fortalecer a divulgação, ressaltando que o Ministério enviará

material técnico para auxiliar na adequação dos conselhos subnacionais ao Marco Regulatório do SNC.

Encaminhamentos

Ação	Responsável	Prazo de Execução
Publicação das Resoluções 2, 3 e 4, aprovadas na reunião		
Criação de grupos de WhatsApp com os membros das Câmaras Técnicas.		
Realização da primeira reunião das Câmaras Técnicas		
Apresentação dos Planos de Trabalho na próxima reunião ordinária da CIT		
Envio da pesquisa da Lei Aldir Blanc aos membros da CIT		

Próximas agendas

Reunião	Data	Horário	Local
3 ª Reunião Ordinária	11 e 12/11/2026		A definir

Responsáveis pela elaboração

Nome	Função	Contato
RDK Degravação e Eventos	Redação	